

47ª Caravana da Anistia

Padre Comblin é anistiado em São Paulo

“A verdade liberta e nós não podemos ter medo de conhecê-la. É dever do estado proteger os perseguidos políticos assim como difundir a memória e defender a Justiça”. Foi com estas palavras que o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, concedeu em nome do Estado brasileiro, o perdão oficial pela perseguição política, maus tratos e abusos cometidos ao padre Joseph Comblin no período da Ditadura Militar.

O teólogo belga de 87 anos é uma das vozes que trouxe a Teologia da Libertação para o Brasil e um grande crítico ao conformismo de segmentos conservadores da Igreja. Comblin abandonou a carreira de professor e deixou o país, durante o regime de exceção. Por unanimidade, 16 dos 24 conselheiros da Comissão de Anistia presentes no julgamento, apoiaram o voto de concessão de anistia da relatora do processo, Maria Emília.

Realizada em São Paulo, no dia 26 de novembro, a 47ª Caravana da Anistia encerrou um ciclo de atividades que teve início em 2008 e que já percorreu 17 estados e o Distrito Federal. Iniciativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, as Caravanas da Anistia resgatam e promovem a reflexão sobre a história dos anos de chumbo no Brasil. Também valorizam o papel da anistia política e a história de luta de diferentes atores sociais perseguidos.

Marcada pela pluralidade, a atividade reuniu diferentes personalidades ligadas aos Direitos Humanos, como diversos representantes estaduais, de movimentos sociais, e de sociedades civis. Entre eles: *Paulo Vanucchi*, ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); *Irmã Pompéia Maria Bernasconi*, diretora do Instituto Sedes Sapientiae; *Paulo Maldos*, representando a Presidência da República; *Irmã Valdete Contin*, vigária da Congregação de Nossa Senhora Cónegas de Santa Agostinho; *João Pedro Stedile*, representando os Movimentos Sociais; *Marcelo Richard Zelic*, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; *Beto Cury*, secretário Nacional de Juventude, *Ivan Seixas*, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (SP); *Ivaneia Dalla Costa*, representando o Movimento dos Atingidos por Barragens; *Rose Nogueira*, Grupo Tortura Nunca Mais (SP); *Arnaldo Faria de Sá*, deputado Federal (SP); *Gustavo Gonçalves Ungaro*, representando o Governo de São Paulo; e *José Gregori*, secretário especial de Direitos Humanos de São Paulo.

Comissão de Anistia reúne especialistas em seminário internacional

O Brasil promoveu, pela primeira vez, o “Seminário Internacional sobre Sítios de Memória e Consciência”, organizado pela Comissão de Anistia do Ministério da

Justiça, realizado nos dias 21, 22 e 23 de novembro, em São Paulo, em parceria com a direção da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência. A Coalizão Internacional de Sítios de Consciência é formada por uma rede de 250 membros ativos, tais como memoriais, museus, lugares de memória e demais organizações que atuam em prol da memória. Também foram co-promotores do evento, o Memorial da Resistência e o Memorial de Preservação da Memória de São Paulo.

O seminário promoveu a reflexão e o debate sobre como as memórias de conflitos passados podem contribuir na promoção da cultura de paz. Sua realização representou uma oportunidade para reforçar a importância do resgate da memória recente das sociedades democráticas. Na oportunidade foram debatidos os mecanismos da Justiça de Transição e de que maneira as políticas públicas de memória podem contribuir para a construção da democracia e os valores de respeito aos Direitos Humanos.

Representantes da Coalizão compartilharam as experiências sobre diversos lugares de Memória e Consciência. Um deles é o Museu da Guerra de Libertação em Bangladesh, no sul da Ásia. O espaço relembra o genocídio de 1971 que matou mais de três milhões de habitantes daquele país. Na Rússia, o Museu do Gulag resgata a história do único campo de concentração stalinista

Na oportunidade, a bandeira das liberdades democráticas, símbolo das Caravanas da Anistia, foi apresentada ao público. Por onde passa, é tradição da Caravana receber um retalho de tecido contendo uma mensagem, um símbolo ou uma imagem. Este ato representa o compromisso no resgate da memória, consolidação das liberdades democráticas e luta pelos Direitos Humanos.

Por carta, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou a importância do trabalho da Comissão de Anistia:

“O trabalho destes profissionais foi incansável, vasto e original e serve não para apagar dores, que sabemos que não se extinguem, mas para declarar que não se admite que o Estado brasileiro cometa crimes contra os direitos humanos”, afirmou.

Emocionado, Paulo Abrão dedicou a última caravana de 2010 ao ministro Paulo Vanucchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos presente na sessão. Vanucchi deixará a pasta no próximo ano.

Para Abrão, o sucesso dos julgamentos itinerantes é justamente o foco na educação popular, na educação do cidadão. “Mirar o futuro é mirar nossa juventude. Denunciamos as violações do passado e sua conexão com o presente. Trabalhamos para que a sua cultura do medo seja combatida. É preciso que os nossos jovens conheçam a história do nosso país e saibam que aqueles que lutaram no passado permaneceram na luta”, destacou. As caravanas já passaram por praças públicas, assentamentos, universidades, sedes de sindicatos e assembleias legislativas.

Na ocasião foi realizada uma homenagem ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e à mãe Cristina – post-mortem – fundadora do Instituto Sedes Sapientiae, pelos serviços prestados por ambos à causa dos direitos humanos. Dom Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda (RJ), enviou um vídeo saudando os homenageados e a Comissão de Anistia.

Até novembro de 2010, a Comissão de Anistia, criada em 2001 já julgou aproximadamente 60 mil processos em turmas, plenárias e caravanas.

convertido em museu. Já o Lower East Side Tenement Museum, nos Estados Unidos, foi reconstruído sobre os escombros de cortiços para contar a história dos imigrantes que lá viveram no início do século XX.

O presidente da Comissão de Anistia e coordenador Geral de implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil, Paulo Abrão participou do seminário. “Os lugares de memória são imprescindíveis para a compreensão da relação do passado com o presente e para o desenvolvimento de ações transformadoras para a qualidade da democracia em permanente construção”, explicou.

Instituições brasileiras também apresentaram e discutiram suas experiências a partir dos projetos de memória política que desenvolvem. Entre eles, o Memorial da Resistência, de São Paulo; a implantação do Memorial de Anistia Política do Brasil, em Belo Horizonte, e do Memorial da Democracia do Governo do Estado de Pernambuco. Além disso, os participantes brasileiros ampliaram o debate sobre o projeto Memórias Reveladas do Arquivo Público Nacional.

A Coalizão Internacional de Sítios de Consciência possui como objetivo o estudo sobre as lutas por Justiça e sua herança para possibilitar a construção de democracias em que o respeito aos direitos humanos seja um valor fundamental para o presente e para o futuro.

A organização estabelece, para os seus membros, linhas de financiamento para o engajamento em programas cívicos, organiza intercâmbio de experiências tanto de forma direta e individual entre os seus membros até a organização de seminários e conferências internacionais; e atua como porta-voz dos lugares de Memória e Consciência. Atualmente, a Coalizão tem 17 Lugares de Memória e Consciência e conta com mais de três mil apoiadores em 60 países. www.sitesofconscience.org

Os Desafios da Justiça de Transição

Os Desafios da Justiça de Transição na América Latina. Este foi o tema da III Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (Idejust). A atividade aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro, na sede da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

O Idejust é uma rede acadêmica independente que visa difundir, fomentar e subsidiar o debate público e a pesquisa universitária sobre os temas vinculados à internacionalização do Direito e à Justiça de Transição. O evento é uma realização conjunta da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e do Instituto de Relações Internacionais da USP.

Nesta terceira reunião, o Idejust recebeu, pela primeira vez, trabalhos de equipes estrangeiras. A internacionalização do grupo ficou demonstrada pela presença de inúmeros pesquisadores de países como Colômbia, Argentina e Suíça. Mais informações sobre a rede acadêmica na página do Idejust: <http://idejust.wordpress.com/>

EXPEDIENTE

Assessoria de Comunicação da Comissão de Anistia
Fernando da Silva - estagiário
Paula Nogueira (Mtb 8730) - textos, edição e produção gráfica
Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail:

acsanistia@mj.gov.br
www.mj.gov.br/anistia



FOTO: Cleiton Rodrigues/CA



Foto: Kelen Meregalli/CA



Foto: Kelen Meregalli/CA